



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OURICURI/PE

PROCESSO: 00006754620188173020

ARUANA SEGUROS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSIVAN CAVALCANTE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: Doc - Transferencia para conta em outro banco

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1234

CONTA: 12345

DATA DA TRANSFERENCIA:

09/08/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

317019020401

VALOR TOTAL:

843,75

TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSIVAN CAVALCANTE DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02130

CONTA: 000000014506

Número da Autenticação

8BC722F2BCD0DE5A

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Trecho do laudo:

	SEGMENTO	PERCENTUAL
Lesão 1	JOELHO ESQUERDO	(X) 10% () 25% () 50% () 75% () 100%
Lesão 2	OMBRO ESQUERDO	() 10% (X) 25% () 50% () 75% () 100%

- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ DO JOELHO E O SINISTRO -

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Isso se deve ao fato de que embora o boletim do primeiro atendimento (31946758) aponte lesão em membros superiores e inferiores, mas após exame somente foi apurada fratura em ombro, sem qualquer indicação de lesão em qualquer seguimento do membro inferior:

CR - CIRURGIA GERAL - Amarelo

ANAMNESE / QUEIXA PRINCIPAL:

TRIAGEM:

- QUEIXA
- PACIENTE REFERINDO ACIDENTE DE MOTO(SIC), APRESENTANDO LESÃO EM MIE E DOR EM MSE.

ORIGEM

MEDICA:

FRATURA DE CLAVÍCULA E

Cd: INDICADO CIRURGIA ELETIVA.

Peso:

PA: x mmHg Altura: IMC: ()

HGT: mg/dL

Corroborando o outro médico acostado, não faz qualquer referência joelho:

Nome: DORIVAN CAVALANTE DA SILVA

Atende para o dia 05/05/2017, sendo ao 08:45, que o paciente supracitado sofreu em 28/01/2017, acidente motociclístico, onde o mesmo deu entrada com lesão no MIE e dor no MSE, após radiografia, constatou-se fratura na clavícula esquerda. Apresenta seguimento de flexão de 60% no movimento de flexão do ombro esquerdo; dor no movimento de abdução do ombro esquerdo e 60% no movimento de extensão interna do ombro; perda de força muscular nos movimentos do MSE; presença de dor e edema na região da clavícula esquerda.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

OURICURI, 26 de setembro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE